

DE BRUCE A CAITLYN JENNER: ESPORTE, CELEBRIDADE, TRANSGENERIDADE¹

Alexandre Fernandez Vaz²

Wagner Xavier de Camargo³

Keo Silva⁴

Julian Pegoraro Silvestrin⁵

Resumo: Políticas identitárias e identidades transgênero têm mobilizado opinião pública, mídias e mundo científico. Afinal, o que um corpo transgênero diz sobre si? Partindo disso, tomamos a trajetória de Bruce/Caitlyn Jenner como mote analítico. Para além da construção imagética da celebridade e de sua trajetória como ex-atleta, Caitlyn postula novas possibilidades de repensar as relações com o próprio corpo transgênero e outros corpos. Entendendo que corpo, política e esporte não estão descolados, ao atrelarmos performance esportiva à performatividade de gênero discorreremos acerca de impedimentos e regulações sobre o corpo transgênero no esporte. Sintetizamos, finalmente, questões para o esporte e a sociedade.

Palavras-chave: Corpo transgênero; Esporte; Performatividade.

Abstract: Identity policies and transgender identities have mobilized public opinion, Medias and the world of science. After all, what does a transgender body say about itself? From that, we take Bruce/Caitlyn Jenner's trajectory as an analytical motto. Beyond the celebrity's imaginary construction and her career as a former athlete, Caitlyn gives new possibilities for rethinking relationships



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Uma versão muito preliminar do texto foi apresentada por Alexandre Fernandez Vaz no Fórum Permanente Educação do Corpo: Ciências Humanas e Práticas Pedagógicas, em 14 de maio de 2015, na Universidade Estadual de Campinas.

2 Professor dos programas de Pós-graduação em Educação e Interdisciplinar em Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Pesquisador CNPq. E-mail: alexfvaz@uol.com.br. Orcid: 0000-0003-4194-3876

3 Pós-doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Bolsista de pós-doutorado Capes. E-mail: wxcamargo@gmail.com. Orcid: 0000-0003-4110-647X

4 Doutorando em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Bolsista Capes-DS. E-mail: keo.ech@gmail.com. Orcid: 0000-0002-5626-5951

5 Doutorando em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Bolsista Capes-DS. E-mail: juliampsilvestrin@gmail.com. Orcid: 0000-0003-2947-4851

with her own transgender body and other bodies. Understanding that body, politics, and sports are not detached, by linking sport performance to gender performativity we discuss the problems and regulations about the transgender body in sport. Finally, we synthesized a set of issues for sport and society.

Keywords: Transgender body; Sport; Performativity.

Transgeneridade: uma questão para o esporte e para a sociedade

Em 1977 a Suprema Corte dos Estados Unidos da América decidiu a favor da participação da tenista Renée Richards no Torneio Aberto dos Estados Unidos, em Flushing Meadows. Trata-se de um dos quatro eventos do Grand Slam, conjunto dos mais importantes certames do calendário do tênis mundial, completado pelos Abertos da Austrália, França e Inglaterra. No ano anterior, ela tivera sua inscrição negada pela organização do evento. Nascida Richard Raskind, portanto um corpo biológico catalogado masculino, Renée fizera a transição de gênero em 1975. Naquele torneio de 1977 a tenista enfrentou o boicote de 23 atletas, mas também contou com o apoio de outras, como Billie Jean King, que lhe ofereceu um contrato de trabalho, e Martina Navratilova, que a convidou para ser sua treinadora. Chegou ao Top 20 naquele ano sob acusação de que só alcançara tal posto porque era, na verdade, homem (CAMARGO, 2018b).

A questão da transgeneridade no esporte pode não ser nova, porém tem mobilizado opiniões de especialistas e do grande público, que se empenham em discutir se há ou não vantagens em corpos que almejam (ou já estão em) uma transição de gênero. Como no esporte se coloca a defesa do *fair play* (ou jogo limpo/justo), a questão sempre gira em torno da terapia hormonal (hormonioterapia) e a dúvida se o consumo de hormônios traria uma vantagem para o/a usuário/a. Em geral é sobre as mulheres trans, que deixaram seus corpos masculinos para trás, que recaem as maiores desconfiças e discórdias.

Até se retirar do tênis profissional em 1981, Renée Richards esteve no centro da polêmica sobre as vantagens e desvantagens que poderiam atingir um corpo transgênero. Passados mais de 40 anos, o debate está longe de ser resolvido ou cessado. No Brasil, a jogadora de vôlei Tiffany Abreu tem vivido diariamente questionamentos acerca de sua performance esportiva depois da transição de gênero e autorização dos órgãos competentes para competir. Jogadora da Superliga Feminina de Vôlei, sua participação tem sido contestada por jogadoras e ex-jogadoras, torcedores e torcedoras,

treinadores e treinadoras da modalidade, ainda que ela tenha autorização oficial para competir e que esteja dentro dos parâmetros exigidos.

Tiffany vem desde então apresentando desempenho equivalente às boas jogadoras da competição (a despeito de uma suposta superioridade em relação ao desempenho de mulheres cisgênero), níveis hormonais aceitos pelas regras do esporte feminino (refutando a ideia de que a testosterona que circulou outrora em seu corpo ainda teria efeitos em sua performance) e autorização formal da Federação Internacional de Vôlei (FIVB) para competir entre mulheres – embora ainda aguarde da mesma federação a possibilidade de ser liberada para integrar a seleção nacional⁶.

A condição de existência de tais sujeitos e estes casos paradigmáticos de Renée e Tiffany no esporte de competição – um dos lugares de maior visibilidade midiática de um corpo atleta – podem nos fazer indagar e problematizar muito além dos resultados esportivos ou especulações sem sentido. Corpos transgêneros são tratados como “anormais” e, por isso, invisibilizados socialmente. Eles colocam em questão o binarismo de gênero instituído e abrem uma discussão sem precedentes sobre a gestão política e técnica do corpo e da sexualidade na contemporaneidade (PRECIADO, 2008). Por isso, eles nos provocam a pensar a própria sociedade em que vivemos.

Portanto, nas próximas páginas tratamos de aspectos da presença de transgêneros no esporte, tomando como exemplo alguns episódios que oferecem uma chance de reflexão sobre o tema. Começamos com um comentário sobre o caso do ex-atleta Bruce Jenner que assumiu sua identidade feminina, Caitlyn, para logo depois tratar daquela que foi talvez a crítica mais inusitada à participação de Tiffany na Superliga Feminina: que sua presença motivaria homens a se tornarem mulheres a fim de alcançar um desempenho superior ao que obteriam no naipe masculino. Tal posição retoma discussões traduzidas nos testes de verificação de gênero nos anos 1960, que submeteram Renée à verificação cromossômica e a fizeram ser impedida de competir.

Discorreremos, assim, sobre impedimentos que atrelam a performance esportiva à performatividade de gênero, pensando o que se pode fazer de um corpo, e também sobre as regulações que dizem o que esse corpo não deveria fazer. Sintetizamos, com isso, um conjunto de problemáticas para o esporte e para a sociedade.

⁶ Dadas as polêmicas, no ano de 2018 a FIVB enviou uma carta às federações nacionais informando sobre a criação de um grupo de estudiosos que averiguará a elegibilidade da participação das atletas trans no voleibol e estabelecerá diretrizes para tal controle (MEDICAL..., 2018; SMITH, 2018).

Quando Caitlyn questiona o corpo de Bruce

No final de abril de 2015 retornou às telas de televisão e de outros dispositivos a imagem de Bruce Jenner, campeão olímpico da prova de decatlo em 1976, nos Jogos Olímpicos de Montreal, Canadá. Junto dela, a de uma senhora esbelta, com longos cabelos castanhos, corpo torneado e lábios proeminentes. No dia seguinte, as manchetes diziam que o padrasto de Kim Kardashian, cuja celebridade mundial foi alavancada pelas redes sociais, declarara em longa entrevista, vista por quase dezessete milhões de pessoas nos Estados Unidos, que estava em processo de mudança de sexo⁷. A transição de gênero já não era propriamente uma novidade que merecesse tanta atenção, porém o alarde foi porque tudo aquilo ocorria com um ex-atleta famoso, um fato nada corriqueiro no mundo das celebridades do esporte.

Jenner, que naquele momento ainda não propunha para si um novo nome, revelava-se a um número incalculável de pessoas, já que além da entrevista, divulgara também numa rede social muito popular sua nova condição. Com isso, ajudava ainda mais a construção de si pelo uso de um dispositivo dos mais eficientes e alinhado com a contemporaneidade.

Ao colocar a tecnologia a seu favor, borrando as fronteiras entre os âmbitos privado e público, entre intimidade e exterioridade, mostrava que um sujeito *transgênero* poderia ser produtor de um discurso sobre si e não apenas expectador de sua própria história, o que revestiu a questão de um caráter eminentemente político. O teórico queer Sam/Marie-Hélène Bourcier (2001) nos lembra que práticas subversivas encampam políticas de representação e de performatividade, desnaturalizando, por conseguinte, regimes sexuais, de gêneros, disciplinares, e tornando-se lugares de (re)politização. Foi isso o que Jenner promoveu, uma repolitização de seu corpo e de seu lugar social.

O caminho de Jenner pode servir para a reconstrução de algumas transformações das últimas quatro décadas do *short century*, para usar uma expressão de Eric Hobsbawn (1997), ao se referir ao período de 1914 a 1989 e sua passagem para o novo século. Nesse sentido, o corpo e a narrativa de sua construção são elementos de enunciação centrais sobre esse tempo. Trata-se de, na medida do possível, apresentar uma experiência singularizando-a nos labirintos que ela expressa, mas mostrando parte das condições históricas que a tornaram possível.

⁷ Parte da entrevista concedida à ABC News pode ser encontrada no Youtube. Interessante ouvir da própria Caitlyn a frase “Bruce was always telling a lie” (Bruce sempre mentiu) (BRUCE..., 2015).

A seguir, elaboramos uma narração que toma Bruce Jenner como exemplar para uma questão central para o nosso tempo: as possibilidades de se fazer do corpo, no interior das balizas da contingência histórica, o que for desejado. Para tanto comentamos sentidos que a figura de Bruce Jenner imanta para o esporte em sua radicação histórica e política no último quarto do século XX, para então reencontrá-lo como Caitlyn. Se, como ressalta Ávila (2015), a transexualidade, diferente da homossexualidade – para qual a publicidade se coloca como facultativa –, só ganha sentido no âmbito público, Caitlyn Jenner logrou tal reconhecimento midiático, chegando a ser, possivelmente, a pessoa transgênera mais famosa do mundo. Em meio a um e outro momento, ganha vulto o tema do espetáculo, inteiramente presente na trajetória de Bruce/Caitlyn.

Caitlyn decide se revelar publicamente aos 60 anos. Isso pode nos dizer algo, considerando o que ela fazia de seu corpo antes de se assumir. O uso do corpo como atleta – e não qualquer atleta, mas um decatleta, elevado ao patamar de super-humano – talvez tenha motivado essa revelação apenas tantos anos depois de seu momento como estrela do esporte de alto rendimento. Essa tardia “saída do armário” é inteligível, uma vez que muitos/as atletas historicamente o fazem depois de conquistas memoráveis ou carreiras consolidadas (ANDERSON, 2005; CAMARGO, 2018a; GRIFFIN, 1998; KOPAY; YOUNG, 1977; PRONGER, 1990; YOUNG, 1995). Mas, no caso de Caitlyn, tal “saída do armário” possivelmente adquire ares de uma novidade, no sentido distinto do que o é para atletas homossexuais. Afinal, este processo não tem como ser invisível e a “entrada em cena” do novo corpo é algo sem precedentes (ANDERSON, 2017).

Observe-se que o ambiente esportivo é extremamente cisnormativo, ou seja, apenas considera corpos que reafirmem o alinhamento entre sexo biológico e gênero⁸. Sob esta perspectiva, o corpo é visto, sobretudo, como organismo, de forma que ele e seu desempenho são mensurados por aspectos a certo tipo de redução *biologicista*, confirmando uma divisão dicotômica e hierárquica entre as categorias masculino e feminino, tão denunciada por posições feministas dentro e fora do esporte (FAUSTO-STERLING, 2002; GOELLNER, 2005, 2013; PISCITELLI, 2002).

Pode-se exemplificar esta divisão com eventos e provas esportivas que são desenvolvidas distintamente entre as categorias, pressupondo a

8 Não exatamente nesses termos, mas Camargo (2012) encontrou em sua pesquisa etnográfica em competições mundiais LGBTI+ que a grande maioria dos atletas autodeclarados “homossexuais” também se conformava a um discurso cisnormativo, que não problematizava o sexo biológico (macho) e o gênero (homem/masculino), performatizados nos espaços esportivos. Inclusive o autor mostrou que tais competições esportivas, voltadas para aquele público, mantinham o binarismo de gênero normativo na divisão de categorias, como em quaisquer outros eventos esportivos convencionais.

cisgeneridade⁹ como norma, como é o caso da altura das redes nos jogos de vôlei, que se diferenciam entre as categorias, sendo mais alta para a versão masculina; os implementos da prova de arremesso de peso ou lançamento de disco no atletismo; e, mais contemporaneamente, os halteres e anilhas das academias de CrossFit, as quais postulam uma pronunciada diferenciação nos equipamentos para mulheres e homens.

Essas divisões no esporte dizem muito sobre como a sociedade ocidental se organiza e como o gênero é categoria central que se estrutura a partir desse alinhamento com o sexo biológico e que se imprime por meio das divisões entre as categorias masculino/feminino. É como pensar que, para efetivar o pressuposto da igualdade formal de chances, o esporte parece estabelecer uma linearidade (lógica e imutável) entre corpo biológico, gênero e, por conseguinte, identidade sexual – crítica louvável já sedimentada em vários escritos de Judith Butler (2003, 2008).

Não apenas esse encadeamento é empiricamente insustentável, como a própria “natureza” dessas condições é questionável e a compulsoriedade implícita nesse esquema é extremamente problemática, como apontaram a própria Butler (2003) e Adrienne Rich (1999). Dessa forma cabe observar como o esporte utiliza esse modelo organizativo e estrutural (binário e hierárquico) para se consolidar como sistema. Isso se dá por meio de um minucioso controle sobre os corpos, com regras rígidas que determinam o masculino e o feminino, mas que têm sido postas sob tensão pela força de reivindicações como as de atletas trans.

Caitlyn ousou e questionou a biologia dada em seu corpo de macho da espécie. De famoso atleta, detentor de prodigiosas performances e marcas memoráveis, o novo corpo postula um rompimento inédito: o da imagem glorificada pela mídia e pela história, o do sexo biológico a ele conferido, o do gênero prescrito e imposto. Com pompa e *glamour*, Caitlyn questiona e suspende o corpo de Bruce.

Bruce Jenner: atleta, celebridade

O decatlo é conhecido como a prova do atleta “completo”, pois exige performance superior em força, resistência, velocidade, técnica, destreza e

⁹ Cisgênero é o termo utilizado para se referir às pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento (masculino ou feminino); é oposto a transgênero, que se refere às pessoas que não se identificam com o gênero designado no nascimento. Ambos os termos marcam o caráter artificial e construído do gênero (CAMARGO; KESSLER, 2017; KAAS, 2018; REPOLÉS, 2017; RODOVALHO, 2017).

habilidade. Ela é realizada em dois dias seguidos no programa de um evento esportivo e conta com as seguintes provas: no primeiro dia, 100 metros rasos, salto em extensão, arremesso de peso, salto em altura, 400 metros rasos; no segundo, 110 metros com barreira, lançamento de disco, salto com vara, lançamento de dardo, 1.500 metros rasos. Vencerá o atleta que somar mais pontos, o que é alcançado aferindo-se o resultado individual em tabelas próprias de cada etapa. É uma prova apenas masculina, já que as mulheres são apartadas e competem nos eventos do heptatlo, sete provas que ocorrem também em dois dias consecutivos: 100 metros com barreira, salto em distância, arremesso de peso, 200 metros rasos, no primeiro; e salto em altura, lançamento de dardo e 800 metros rasos, no segundo.

O atletismo é a modalidade-chave dos Jogos Olímpicos de Verão e Bruce Jenner foi o atleta mais completo da edição de 1976, em Montreal. Ele venceu a prova, foi abraçado pela loura mulher depois da chegada dos 1.500 metros rasos e ali mesmo, dentro da pista, como era praxe, foi cercado pelos repórteres, fotografado, filmado, narrado; atuou para as câmeras na comemoração e nas entrevistas que se seguiram. A prova completa fora toda acompanhada pelas câmeras de TV, que mostraram um atleta determinado e sorridente, forte, de calções curtos, camiseta com a indefectível e inconfundível marca “USA” estampada no peito. Houvesse nascido umas seis décadas antes, talvez tivesse protagonizado o filme *Olímpia*, de Leni Riefenstahl (cineasta alemã dos tempos nazistas), mas esse lugar foi ocupado por Jesse Owens, o grande campeão estadunidense que conquistou quatro medalhas de ouro no atletismo. Jenner foi mais longe, foi protagonista de si mesmo, fez da vida um set de filmagem.

Nos Jogos Olímpicos de Verão de 1976, que Jenner vencera, o decatlo teve sua *batalha* – em alemão a prova se chama *Zehnkämpfen*, ou seja, dez lutas – restrita entre um polonês, um alemão ocidental e um estadunidense. Os Jogos foram boicotados por 24 nações africanas porque a Nova Zelândia não foi proibida de comparecer ao evento após ter quebrado um pacto internacional ao excursionar com sua seleção de rúgbi (modalidade à época não olímpica e hoje presente nos Jogos em sua versão *seven*) pela, então proscrita, África do Sul, que vivia sob o regime racista do Apartheid.

Assim, nesta prova de decatlo destacou-se a presença de dois representantes de países filiados à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e de outro a uma nação vinculada ao Pacto de Varsóvia e sua máquina esportiva, cujo desenvolvimento de tecnologias esportivas, metodologias de

treinamento, procedimentos bioquímicos e fabricação de medicamentos para melhorar a performance, foi massivo e exitoso. Vale lembrar que eram os tempos da Guerra Fria, de um cauteloso e sagaz conflito de guerras simbólicas entre capitalismo e socialismo para demonstrar poder e supremacia, que elegeu o esporte como um de seus palcos privilegiados.

O ponto máximo desse processo talvez tenha sido naqueles Jogos Olímpicos de 1976, os mesmos em que Jenner brilhou, quando e a partir do famigerado quadro de medalhas, a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) despontou em primeiro lugar (com 125 medalhas, 49 de ouro), seguida pela Alemanha Oriental ou República Democrática da Alemanha (RDA) (com 90 medalhas, 40 de ouro), e tendo Cuba, pequena nação socialista, mas aliada muito importante dos soviéticos, alcançado a oitava colocação (COLLI, 2004).

Neste âmbito histórico de oposição entre superpotências, vivia-se a anacrônica ideia do amadorismo. Enquanto os atletas do Leste com frequência tinham empregos estatais e se dedicavam quase que exclusivamente ao esporte de alta competição, os praticantes do Oeste equilibravam-se em estratégias diversas para driblar o interdito ao profissionalismo. Criado para ser um distintivo de classe, em movimento restaurativo do *ethos* aristocrático, golpeado duramente pela modernização burguesa, o amadorismo foi, surpreendentemente (ou não) cultivado pelos países sob o domínio da União Soviética. Livros de treinamento esportivo publicados na URSS e na RDA se esmeravam em defender a “pureza” dos ideais olímpicos dos países socialistas em contraposição à mercantilização do esporte sob o capitalismo. Um exemplo é o manual de treinamento de atletismo, coordenado por Gehard Schmolinsky (1977, p. 36-37, tradução nossa):

[...] a educação político-ideológica dos atletas no sentido do Marxismo-leninismo para personalidades socialistas no pensamento e na ação, que estejam convencidas da correspondente vitória do socialismo no mundo todo, que mostre claramente a imutável agressividade do imperialismo e promovam a coexistência fraterna da comunidade internacional que se compõe de países sob diferentes organizações sociais [...]. [Além disso] A formação esportiva deve ser uma parte fundamental da educação político-ideológica. Treinadores e funcionários têm a obrigação de, sempre que necessário, esclarecer a política esportiva das federações esportivas e de ginástica alemãs. Em ofensivo contraponto está colocada a integração esportiva na República Federal da Alemanha, na qual o sistema de dominação do capital monopolista e a violação do esporte e dos Jogos Olímpicos por meio do imperialismo alemão devem ser desmascarados.

O amadorismo, que pouco ou nada se apresenta hoje nos espaços esportivos de alto rendimento, era, ao contrário, um mecanismo de formação de elites e de exclusão de grupos sociais, fosse pela impossibilidade de se dedicar ao esporte sem retorno financeiro, ou pela construção de elites de funcionários pela via da burocracia estatal dos países liderados pela URSS. Paradoxo dos paradoxos, o chamado “socialismo real” (que de fato foi implantado como sistema) promoveu um ideal aristocrático como resistência ao capitalismo. A crítica ao esporte e suas determinações se deu, com muito mais força, no registro das socialdemocracias ocidentais, no contexto das batalhas culturais dos anos 1960. Elas geraram uma Teoria Crítica do Esporte, em especial na Alemanha, com Bero Rigauer (1969) e na França, com Jean-Marie Brohm (1976, 1981).

O primeiro dia de Bruce Jenner nos Jogos de Montreal não foi dos melhores, ficando em quarto lugar no geral, findos os cinco primeiros eventos. No segundo dia, no entanto, com bom desempenho nos 110 metros com barreira, no lançamento de disco e, em especial, no lançamento de dardo e no salto com vara, Jenner assumiu a liderança antes da última prova, os 1.500 metros rasos, em que os decatletas – mais velozes e fortes, mas pouco resistentes para corridas de média distância – geralmente apresentam desempenho modesto. Mas Jenner não apenas confirmou a medalha de ouro como, com uma performance destacada na última prova, estabeleceu novo recorde mundial. Terminado o período desses jogos, continuou sorrindo: encerrou a carreira de atleta, que foi gloriosa, porém curta, para tornar-se ator.

Jenner era amador, contudo já tinha uma carreira esportiva múltipla. Sua versatilidade no esporte de alto nível havia aparecido antes do recorde e da medalha olímpica no decatlo. Ele ingressou na universidade com uma bolsa de estudos por ter sido no ensino médio um excelente jogador de futebol americano. A versatilidade e facilidade para atuar publicamente levariam Jenner para o cinema, onde encontrou relativo sucesso. Em 1980, por exemplo, foi lançado o filme *Can't Stop the Music*, protagonizado por ele e pelos integrantes do Village People, grupo pop assim nomeado por referência à cena gay do bairro Greenwich Village, de Nova York.

De atleta a ator, Jenner foi se construindo como podia enquanto sujeito desejante, em meio ao assédio da imprensa, dos fãs e às obrigações de um relacionamento heteronormativo, no qual tinha que cumprir as funções de macho da espécie. Quem acompanhava seu sucesso e almejava sua vida jamais poderia saber que aquele corpo vivia em dúvidas, sempre mentindo a si mesmo e a outras pessoas, questionando-se sobre quem, de fato, era.

Nasce Caitlyn Jenner: a realocação de um corpo no social

Bruce Jenner casou-se em terceiras núpcias com Kris Kardashian, viúva de Robert Kardashian, advogado de O. J. Simpson. Este também um ex-atleta muito exitoso, mas no futebol americano (Pro Football Hall of Fame em 1985, 61 *touchdowns* na carreira), também transformado em ator e que depois viveu uma cena cinematográfica de fuga, transmitida em tempo real, após ser acusado de matar a ex-mulher e um amigo dela, respectivamente: Nicole Brown e Ronald Goldman. Kris é mãe de Kim Kardashian, e toda a família, incluindo a segunda mulher de Jenner, enteados e filhos do casal, estrelou um *reality show* chamado *Keeping Up with the Kardashians*. Kim, por sua vez, é vista como uma das celebridades mais importantes do mundo. Não se sabe bem o que é uma celebridade, mas sabe-se que ela frequenta o acervo onírico do nosso tempo por meio da sucessão incessante de imagens nas redes sociais. Nesse sentido, não é mera casualidade que Jenner tenha performado no cinema, tampouco como o fez nas pistas de competição e quando estrelou um *reality show* com sua família. Sua “saída do armário” como mulher transgênero nas redes sociais foi igualmente performática e altamente difundida na web, reiterando, desse modo, seu status de celebridade.

Atletas, políticos e atores, como já sugerimos, podem ser muito mais semelhantes do que a princípio parecem, pois para todos eles a performance corporal é a base de construção da *persona*. O corpo é na medida em que é exposto. Mas não é só isso. A exposição corporal é o que possibilita a celebração do gozo do espetáculo. Pensemos em Fernando Collor de Mello e seus gestos fálicos na campanha à presidência em 1989. Ou em Lula atuando em 2002 no documentário de João Moreira Salles, *Entreatos*. Ou ainda, lembremo-nos de Arnold Schwarzenegger e sua poderosa montanha de músculos, ao consagrar-se governador da Califórnia.

Não foi à toa que a declaração definitiva – uma vez que já havia muita especulação na mídia – de que Jenner se transformara em mulher tenha sido feita em um programa de entretenimento com audiência expressiva, e que ela ao final tenha convidado a entrevistadora para um jantar em sua casa. Transformar o corpo e assumir outra identidade não pode mais ser atividade privada para alguém como Caitlyn, cuja vida havia sido uma sucessão de imagens da indústria de entretenimento, dramatizando a si mesma. Tampouco é casual que o apoio à decisão de declarar-se mulher por parte de sua enteada, a celebridade Kim

Kardashian, tenha vindo na forma de uma mensagem em rede social, legendando, claro, uma foto.

Importante lembrar que a dramaticidade do ato não tem a ver com uma teatralização da performance de gênero. Butler (2003) já nos ensinou que performatividade está desvinculada da ideia voluntarista de encenar um papel. No caso de Caitlyn, estamos em frente a três dimensões contingentes da corporeidade, quais sejam: o sexo anatômico transformado, a identidade de gênero anunciada e a (nova) performance de gênero assumida. A performatividade que encampa (e encena enquanto celebridade para as câmeras) é uma fabricação manufaturada, suportada por signos corpóreos e meios discursivos.

Caitlyn Jenner é apenas uma expressão do matrimônio indissolúvel entre corpo e imagem. Esta corresponde à dilapidação da política, por um lado suplantada pela economia, por outro reduzida à corrida eleitoral. Mas visto de outro lugar, a produção de si via redes pode ser também politizada, porém em outro sentido, quando o corpo e sua imagem, como imagem-de-si, pode ganhar força de agenciamento.

Ainda há de ser salientado um ponto importante: Caytlin utilizou sua imagem de “a transgênero mais famosa do mundo” como elemento político ao apoiar Donald Trump nas últimas eleições para presidente nos EUA, em 2016. Ao se posicionar dizendo que Trump não era tão conservador e maldoso como o movimento LGBTI+ fazia supor, tornou-se cabo eleitoral do então candidato. Seu posicionamento foi bastante criticado pelo movimento LGBTI+ à época, e mesmo após a eleição de Trump e algumas de suas “políticas” conservadoras e descabidas, como a ideia de demitir todos os militares transgêneros do exército norte-americano (proposta que foi refutada pela própria justiça americana por considerá-la uma ação sem justificativa e preconceituosa). Recentemente Trump tentou prejudicar os direitos adquiridos pela população LGBTI+ ao lançar um documento que garantiria a permanência de pessoas transgênero no funcionalismo público desde que considerassem apenas seus sexos biológicos. Esse foi um golpe muito duro, fazendo com que toda a comunidade LGBTI+ se pronunciasse, inclusive Caytlin, que parece ter entendido de que lado do muro está, tendo enviado uma mensagem via rede social Twitter direta para Trump dizendo “Trans people won’t be erased” (pessoas trans não serão invisibilizadas). Certamente que corpo, política e esportes não são temas desconectados.

Deslocando o debate dos EUA para o Brasil, um assunto em voga atualmente e que diz respeito à presença de pessoas trans nas competições esportivas profissionais tem mobilizado a opinião pública e membros da ciência. De fato, no último trimestre de 2017 esse foi um tema bastante presente em distintas mídias, inclusive nas redes sociais mais populares. A discussão veio à tona após o anúncio da participação da jogadora de vôlei do Bauru, Tiffany Abreu, na Superliga Feminina de Vôlei, principal torneio da modalidade no Brasil¹⁰. A presença de Tiffany foi o estopim dos debates sobre pessoas trans no universo esportivo brasileiro. Em 2014 também houvera uma discussão semelhante nos Estados Unidos a respeito da lutadora de MMA Fallon Fox, que afirmou ser transexual após vencer duas lutas na categoria feminina, o que a levou a ter sua legitimidade como mulher e lutadora questionada, não a impedindo, no entanto, de seguir competindo¹¹.

Por ser uma das primeiras mulheres transexuais a tomar parte de uma competição de esporte coletivo de alto rendimento, a presença de Tiffany nesse espaço ocupado hegemonicamente por pessoas cisgênero despertou o interesse não só da mídia e de atletas, mas de pessoas comuns que compartilharam nas redes sociais diversas reportagens se posicionando contra ou argumentando a favor da participação da jogadora em campeonatos.

Nos primeiros dias após o anúncio de sua participação na Superliga, observamos uma enxurrada de reportagens refutando sua presença na equipe feminina, discursos defendidos por uma perspectiva do corpo biológico. Resumidamente, enfatizavam a ideia de que um corpo que treinou/formou-se sob a presença de testosterona não poderia competir com mulheres cisgênero.

Ora, além do fato de este argumento estar absurdamente colado à noção biológica de corpo, não se consegue perceber que o tensionamento dos limites corporais (inclusive do sexo) que um corpo transgênero postula problematiza a construção de discursos sobre este corpo e abre uma prerrogativa para se estabelecer uma nova gestão política dos corpos no esporte competitivo. Aliás, abre-se uma fenda para questionar, inclusive, os pressupostos sobre os quais tal esporte se assenta (CAMARGO, 2016).

10 Tiffany Abreu é jogadora de voleibol brasileira, primeira mulher trans a competir na categoria profissional feminina. Antes de jogar em campeonatos femininos, entrou em quadra no naipe masculino pela Superliga A e B no Brasil e em outros campeonatos nas ligas da Indonésia, Portugal, Espanha, França, Holanda e Bélgica. Enquanto defendia o clube JTV Dero Zele - Berlare da segunda divisão belga, transicionou do gênero masculino para feminino.

11 Uma análise sobre matérias e comentários veiculados no Brasil acerca da sua participação nas lutas pode ser vista em Grespan e Goellner (2014).

Cabe resgatar aqui Paul B. Preciado (2008, p. 89, tradução nossa), que destaca ser interessante num corpo trans a dimensão semiótico-técnica da produção performativa de gênero. Segundo ele,

A certeza de ser homem ou mulher é uma ficção somaticopolítica produzida por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades somáticas, funcionando como filtros que produzem distorções permanentes da realidade que nos rodeia.

O corpo apenas carrega uma carga somática, que é potencializada pelos implementos tecnológicos que a ele se fixam (próteses, órteses, apêndices orgânicos etc.), pelas técnicas farmacológicas (substâncias injetáveis, musculares, subcutâneas, sublinguais ou emplastos) e audiovisuais (adereços, vestuário, maquiagem etc.) que o invadem, “filtros” que distorcem a realidade, transformando suas possibilidades de ser, marcando, sobretudo, uma existência singular. O corpo transgênero desafia a epistemologia construída no Ocidente nos últimos séculos, resistindo a ela¹². Ele abre outras possibilidades de ser, estar, pensar e agir no mundo.

Ser uma pessoa transgênero há muito tempo é não pertencer a ambientes de prestígio, onde coexistem corpos autodesignados “normais” em lugares valorizados pela sociedade heteronormativa. No esporte não foi e não é diferente. A “saída do armário” de Caitlyn pode ter sido estratégica para realocar seu corpo, já que após estar aposentada como atleta, precisava de uma nova estética de presença e viu nessa brecha o momento certo, ainda que demorado, para assumir uma nova identidade – ela fala na entrevista à ABC News citada anteriormente “*I can change the world*” (Posso mudar o mundo), referindo-se ao fato de ter anunciado a transgeneridade sendo uma celebridade no esporte, na mídia e na vida. Entretanto, longe de ter sido algo fácil, Caitlyn sofreu muito neste processo de transição¹³.

12 Um belo trabalho que reconta a trajetória desta epistemologia do sexo e do gênero é a pesquisa histórica de Thomas Laqueur (2001), que mostra como o conhecimento científico ocidental construiu a categoria sexo no século XVIII e estabeleceu verdades sobre ele.

13 Interessante pensar neste processo de transição sempre muito doloroso e sofrido (física e psicologicamente) por parte das pessoas transgênero. Hoje podemos contar com vídeos de declarações no YouTube sobre vidas modificadas a partir da decisão de transicionar, completamente ou não. Como bem sublinha Avtar Brah (2006), é importante nos atentarmos também para os marcadores sociais de diferença (classe, raça, cor da pele etc.), presentes nisso tudo e considerar que se foi difícil para uma celebridade (pessoa rica, branca e cheia de privilégios) como Jenner, imaginemos como fora para Marsha Johnson, mulher trans negra, umas das muitas pessoas trans à frente da Revolta de Stonewall, em 1969.

Enquanto corpo, o atleta é concebido como máquina, instrumento de trabalho; na experiência transexual/transgênera, as questões se complexificam e emerge a sexualidade como dispositivo de controle (FOUCAULT, 1985). Se um corpo cisgênero (de homem ou mulher) no esporte pouco ou nada conta quando se trata de sexualidade (afinal o sexo é colado ao gênero), no caso das/os transgêneros atletas nada lhes é permitido a não ser que se adequem/readéquem ao proposto pelas instituições de controle heteronormativas – e aqui poderíamos citar Federação Internacional de Futebol, FIVB, COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI), Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF) etc.).

Portanto, o corpo trans deve ser constantemente trabalhado no sentido de alcançar a “forma final” de um corpo masculino (de homem) ou feminino (de mulher). Sujeitos ambíguos, indefinidos, em transição, os sujeitos abjetos de que fala Butler (2008), são excluídos das práticas esportivas (e do todo social).

Caitlyn não é a única mulher trans a se assumir tardiamente, sua trajetória nos diz muito do tempo presente e sobre a emergência das transidentidades como elemento do século XXI. Demonstra que elas não se reduzem a um discurso linear e fixo, ou a categorias únicas de identificação; ao contrário, pontuam uma maneira distinta de olhar o social, refutando certa “coerência” almejada pelos discursos disciplinadores das identidades. Como bem destacou o pesquisador em educação física e esportes, Leonardo Peçanha (2016), ele também uma pessoa trans:

Precisamos começar a entender o corpo trans de maneira legítima e não como desvio do corpo “biológico” cisgênero. Devemos levar em conta as mudanças possíveis que o organismo terá devido à reposição hormonal e as mudanças corporais feitas. [...] Assim começamos a entender que o corpo cisgênero não é apenas o único tipo de corpo e de estrutura anatômica, que o corpo trans também tem legitimidade. Entendendo que podemos ter atletas homens com vagina que fazem reposição hormonal com testosterona e mulheres com pênis que fazem reposição hormonal com estrogênio e bloqueador de testosterona.

Conferir legitimidade ao corpo trans e não esperar dele uma “coerência” de estrutura anatômica são os primeiros passos para mudarmos nosso olhar. A trajetória de Caitlyn (mas também de Tiffany e Fallon, ou outras mulheres trans) nos leva a refletir como o discurso

sobre as transidentidades também tem se modificado nos últimos anos. São muitas as questões que impactam no desempenho e na presença de pessoas trans em pistas, tatames, piscinas, quadras e campos. Para fazer essa reflexão é necessário observar que o esporte em sua maioria, mas sobretudo o esporte de alto nível, é uma atividade pensada (programada e periodizada) apenas para corpos cisgêneros, num exercício de reiterar o alinhamento sexo/gênero como norma social naturalizada neste contexto.

Dessa forma, os corpos trans são excluídos desse circuito por desobedecerem à norma que prevê o alinhamento do gênero ao sexo biológico, além de serem atacados por diversos discursos intolerantes que pretendem deslegitimar (apagando e eliminando) os corpos trans partícipes de competições esportivas. Pessoas trans não são excluídas somente do esporte, e sim são impossibilitadas de existir em diversos espaços sociais.

Notas (in)conclusivas de uma questão em andamento

Não pretendemos aqui fechar a discussão suscitada e queremos convocar áreas como a dos estudos de gênero e mesmo a educação física para problematizar o debate sobre corpos trans no esporte. Evocamos não apenas referenciais destas áreas de conhecimento, mas também da sociologia, da antropologia e filosofia, campos fronteiriços que nos ajudam a dialogar com o mote central escolhido.

Na “guerra” estabelecida pela mídia sobre o corpo trans, há muito jogo de cena de celebridades esportistas. A declaração mais emblemática e que denota isso talvez tenha sido a da ex-jogadora de vôlei de quadra e de praia Ana Paula, medalhista olímpica, que assinou um texto no jornal *Estadão*, posicionando-se contra a inclusão de jogadoras transexuais na Superliga Feminina de Vôlei. Com um texto cujo título era “Biologia não é de esquerda nem de direita”, Ana Paula, cuja carreira nas quadras foi de grande destaque, arregimentou argumentos que se sustentam sob a hipótese de que a biologia, finalmente, é uma espécie de mínimo denominador comum.

Para além texto, seu posicionamento repercutiu a partir de uma postagem na rede social Twitter questionando: “Por que não uma seleção feminina só com trans? Imbatível”. Ana Paula tem apoiado os projetos de lei que tentam proibir a participação de pessoas trans em competições esportivas

oficiais no país¹⁴. A concepção da jogadora é a mais elementar e simplória encontrada no senso comum acerca de corpos trans em ambientes competitivos: que tais atletas devam competir apenas em competições exclusivamente trans e que suas participações junto a outros/as atletas (entenda-se “atletas heterossexuais”) devam ser proibidas. Só para lembrar, é o mesmo argumento que mobilizou Trump, em relação a presença de pessoas trans no funcionalismo público, anteriormente citado.

A ex-atleta defende que a inserção de mulheres trans no esporte feminino configuraria misoginia, pois “homens” estariam ocupando o espaço que seria das mulheres. Ao considerar que mulheres trans são “homens disfarçados”, Ana Paula desconsidera a identidade de gênero e toda a construção desses corpos transgênero, deslegitimando-os. Seu argumento sustenta-se na base de que existem dois sexos/gêneros e esses são determinados pela anatomia. Ao argumentar a favor de uma dimensão anátomo-fisiológica anterior à transição, a ex-atleta não leva em conta a própria materialidade do corpo trans (BUTLER, 2008), visto por ela como um corpo inautêntico e que estaria sempre à sombra da busca por alguma natureza originária, que pretende justificar sua ilegitimidade.

O posicionamento de Ana Paula denota também um tom de transfobia e desemboca em uma questão fundamental, a respeito do desconhecimento da experiência trans e como ela se constitui. É sabido que tal experiência, assim como a constituição de outras identidades, é atravessada pelo uso de diversas tecnologias/dispositivos tecnológicos (CAMARGO; KESSLER, 2017; PRECIADO, 2008). O uso de hormônios é um deles, o que vale lembrar, não é uma exclusividade de pessoas trans (PEÇANHA, 2016). Quanto a isso, pessoas cisgênero têm demonstrado se preocupar mais em vetar a participação de atletas trans do que buscar entender de que forma essas tecnologias, de fato, impactam no desempenho corporal e esportivo desses/as atletas.

Do ponto de vista do esporte convencional, nem mesmo sob uma perspectiva cisgênero estaria ferida a suposição da igualdade de chances, porque é a ciência cisgênero que faz as regras para que esse corpo possa se fazer presente na arena esportiva. É ela, portanto, que define a quantidade

14 Na Câmara dos Deputados tramitam três projetos de lei (PL): PL n° 2200/2019, de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) (BRASIL, 2019a); PL n° 2596/2019, do deputado Julio César Ribeiro (PRB-DF) (BRASIL, 2019b); e PL n° 2639/2019, do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) (BRASIL, 2019c). Há também o PL 346/2019, de autoria do deputado estadual Altair Moraes (PRB), que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo (SÃO PAULO, 2019). Sobre esse último há um recém-lançado manifesto (CAMARGO, 2019).

molecular de substâncias hormonais e o tempo que essas moléculas podem circular nos corpos, sejam cis ou transgêneros. O COI estabeleceu em 2015 que atletas que transicionam do sexo/gênero masculino para o feminino devem declarar a identidade de gênero feminina e manter o nível de testosterona abaixo de 10 nmol/L durante os doze meses que antecedem a competição da qual tomarão parte, bem como em seu decorrer. Já para atletas que transicionam do gênero feminino para o masculino não estão previstas restrições. É este o documento que, apesar de dispensar a obrigatoriedade de cirurgias de transgenitalização (mudança de sexo) para poder competir, esconde uma transfobia institucional por parte do COI, que quer controlar corpos que fogem da corponormatividade imaginada, inclusive sem muito se importar com o que acontecerá aos corpos trans com anos de limites aos hormônios, “acima ou abaixo” do patamar definido (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2015).

Em suma, encontrar resposta para a questão na criação de uma categoria só de pessoas trans é reiterar a exclusão social imposta (e de longa data conhecida) a essas trajetórias em diversos espaços sociais. Como defesa política de uma estética da presença, dizemos que mulheres trans são mulheres, no esporte ou fora dele; e que os argumentos contrários acerca da participação destas em ambientes esportivos de alto nível encontrem outros encaminhamentos e respostas que não a intolerância e a compreensão. Em que pesem críticas sobre o processo de revelação de Caitlyn (principalmente por lhe acusarem de aproveitar a fama para se manter sob os holofotes midiáticos), ela ousou ao anunciar que seu corpo se alocaria (ou recolocaria) de outro modo no mundo.

Cabe destacar ainda que a posição de Ana Paula se assemelha ao discurso de um segmento do feminismo radical, que não reconhece pessoas trans e que se sustenta sobre o mesmo argumento biológico, colocando mulheres trans como homens que estariam nos espaços para ocupar o lugar das mulheres. Ao se posicionar contra a participação de pessoas trans no esporte, pautada em um discurso essencializador do corpo, a ex-jogadora reitera a exclusão dessa população, além de não respeitar e não reconhecer o gênero ao qual a pessoa se identifica – o que agrava ainda mais a questão da desigualdade e perpetua um cenário de transfobia e preconceito, particularmente devido a seu lugar de celebridade esportiva.

O que a questão das pessoas transgênero no esporte demonstra é que a discussão está além da lógica da inclusão/exclusão. Diferentemente do

que se discute no caso de pessoas com deficiência, não se trata de incluir ou excluir num dado contexto (esportivo). No caso das atletas trans citadas anteriormente, o ponto de convergência de suas trajetórias é justamente a possibilidade de pôr em suspeição os padrões técnicos, socioculturais e esportivos estabelecidos (impostos e aceitos tacitamente), a partir da sua participação em distintas modalidades, tanto individuais como coletivas. Caitlyn lançou mão de uma estratégia interessante para questionar o *status quo*: declarar-se mulher trans era a última coisa que a mídia e os meios de comunicação gostariam de ouvir de uma celebridade esportiva, medalhista, bem-sucedida em termos de fama e sucesso.

A performance esportiva passada e a performatividade de gênero (BUTLER, 2003) instituída no corpo trans fazem de Caitlyn um caso paradigmático, que coloca o debate em outro nível, qual seja, o da possibilidade de pensar quais transformações operam tal corpo trans branco, rico, bem-sucedido e midiático junto à opinião das pessoas, e que impacto causa a desestabilidade proposta por ele nas estruturas institucionais naturalizadas (inclusive no esporte)?

De um ponto de vista teórico-crítico, não se trata de considerar apenas performances individuais de quem não se identifica com o gênero do nascimento, de quem se declara não-binário ou das pessoas transgêneros. O que trouxemos aqui enfoca algo mais profundo:, como essas performances de gênero postulam uma reorganização epistemológica da própria ideia de performance.

Pensando na experiência da presença de Caitlyn Jenner como ex-esportista de sucesso, mulher transgênero e celebridade, além dos casos comentados neste texto, há três problemáticas que gostaríamos de deixar para fomentar a continuidade das discussões:

(1) Se pessoas trans sofrem psicologicamente e de todo tipo de preconceitos e discriminações (na transição de homens a mulheres e vice-versa), os quais inclusive tendem a apagá-las de suas existências, como se sustentariam os argumentos da mídia (esportiva ou não) e do senso comum (religioso ou não) sobre a mudança de sexo ser uma “chance de projeção” e de “se dar bem” no esporte para tais pessoas? Optariam, então, frívola e espontaneamente, atletas cisgênero, homens e mulheres, pela transição de gênero apenas para obter um lugar no pódio?

(2) Exemplos bem-sucedidos de desempenho e rendimento esportivos em quadra no voleibol como o de Tiffany Abreu e de outros/as atletas trans que disputam suas modalidades podem nos dar a falsa ideia de que é

preciso aceitar socialmente tais corpos devido, particularmente, aos resultados. Afinal, o que não poderia trazer em termos de medalhas um/a atleta trans participante dos Jogos Olímpicos? Porém, o que nos coloca Caitlyn e mesmo outras/os atletas trans em atividade (cujo desempenho talvez nem seja tão expressivo) é que os resultados são indiferentes adiante da questão básica do reconhecimento da presença de tais corpos. Quando uma mulher trans, membro de uma equipe de esporte coletivo ou atleta em qualquer modalidade individual, tiver o respeito à sua presença em locais de prática esportiva (de competição ou não), daí sim partiríamos para avaliar seu desempenho. Não é dessa forma que procedemos na prospecção de talentos esportivos de pessoas cisgênero?

(3) O esporte é uma das maiores e mais importantes instituições sociais da contemporaneidade. Se ele é uma parte da sociedade e, como tal, funciona segundo suas prerrogativas estabelecidas no contrato social (de agregação e inclusão, por exemplo), e se a sociedade assume (ou deveria assumir) que alguém possa fugir do normativo e se colocar como um corpo trans, isso deveria ser acatado no esporte. Pensemos no caso de pessoas com deficiência, que ilustra bem o argumento. A incorporação do corpo trans no esporte seria uma aposta ético-política em relação a uma situação social concreta. O que (ou quem) nos impede de pensar assim?

Sem a pretensão do estabelecimento de verdades absolutas ou respostas contundentes, tentamos problematizar uma questão social urgente neste texto que diz respeito à presença e à performance dos corpos trans em arenas esportivas competitivas. Como estudiosas/os do assunto, enquanto aguardamos os próximos capítulos desta história, seguimos de punhos cerrados na defesa do direito irrestrito de transgêneros à prática esportiva!

Referências

ANDERSON, E. **In the game: gay athletes and the cult of masculinity**. New York: State University of New York, 2005.

ANDERSON, E. **Transgender athletes in competitive sport**. London: Routledge, 2017.

ÁVILA, S. **Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

BOURCIER, M.-H. **Queer Zones**: politiques des identités sexuelles des représentations et des savoirs. Paris: Éditions Balland, 2001. p. 175-212.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **Projeto de Lei 2200/2019**. Dispõe sobre a proibição da participação de atletas transexuais do sexo masculino (HOMENS TRAVESTIDOS OU FANTASIADOS DE MULHER) em competições do sexo feminino em todo o Território Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/335Nya5>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 2596/2019**. Estabelece o sexo biológico como único critério para definição do gênero em competições esportivas oficiais no território brasileiro. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3fb76ML>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 2639/2019**. Estabelece o sexo biológico como critério exclusivo para a definição do gênero em competições esportivas oficiais no Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3f8UJR9>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BROHM, J.-M. **Sociologie politique du sport**. Paris: Jean-Pierre Delarge, 1976.

BROHM, J.-M. **Sport**: a prison of measured time: essays. London: Humanities, 1981.

BRUCE Jenner, In His Own Words | Interview with Diane Sawyer | 20/20 | ABC News. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal ABC News. Disponível em: <https://bit.ly/3f8LffO>. Acesso em: 10 out. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CAMARGO, W. X. **Circulando entre práticas esportivas e sexuais**: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMARGO, W. X. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, 2016.

CAMARGO, W. X. O armário da sexualidade no mundo esportivo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. e42816, 2018a.

CAMARGO, W. X. O tênis na trajetória de Renée Richards. **Ludopédio**, São Paulo, v. 106, n. 29, 29 abr. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2P6CH7D>. Acesso em: 1º out. 2019.

CAMARGO, W. X. Em defesa do direito de pessoas transgêneros à prática esportiva. **Ludopédio**, São Paulo, v. 124, n. 21, 20 out 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jSYYP>. Acesso em: 28 out. 2019.

CAMARGO, W. X.; KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 191-225, 2017.

COLLI, E. **Universo Olímpico**: uma enciclopédia das Olimpíadas. São Paulo, Códex, 2004.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1985. v. 1.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Tempo**, Niterói, v. 17, n. 34, 2013.

GRESPLAN, C.; GOELLNER, S. V. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1265-1282, 2014.

GRIFFIN, P. The culture of the closet: identity-management strategies of lesbian college coaches and athletes. In: GRIFFIN, P. **Strong women, deep closets**: lesbian and homophobia in Sports. Champaign: Human Kinetics, 1998. p. 133-156.

HOBSBAWN, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Consensus Meeting on Sex and Reassignment and Hyperandrogenism**. Lausanne: IOC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3h10YwY>. Acesso em: 29 jul. 2020.

KAAS, H. O que é cissexismo? **Transfeminismo**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3hM7m6t>. Acesso em: 14 ago. 2018.

KOPAY, D.; YOUNG, P. D. **The David Kopay story**. New York: Arbor House Publishing, 1977.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos Gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MEDICAL commission discusses evolution of sports medicine in volleyball. **FIVB**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://bit.ly/307rdXP>. Acesso em: 24 out. 2019.

PEÇANHA, L. Atletas trans e Olimpíadas: pela inclusão do corpo trans no esporte. **Leonardo Peçanha**, [s. l.], 20 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3f8zFKH>. Acesso em: 9 out. 2019.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42. (Textos Didáticos, n. 48).

PRECIADO, P. B. **Testo yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PRONGER, B. **The arena of masculinity**: sports, homosexuality, and the meaning of sex. New York: St Martin's Griffin, 1990.

REPOLÊS, S. G. **Recalculando rotas**: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RICH, A. La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. *In*: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. R. (ed.). **Sexualidad, género y roles sexuales**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 159-211.

RIGAUER, B. **Sport und Arbeit**. Frankfurt: Suhrkamp, 1969.

RODOVALHO, A. M. Cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei 349/2019**. Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/30YfzOn>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SCHMOLINSKY, G. (org.). **Leichtathletik**. Berlin: Sportverlag, 1977.

SMITH, L. Tiffany not in Brazil's NT: FIVB to study trans' player eligibility. **Volley Mob**, [s. l.], 17 Apr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2P5yvVN>. Acesso em: 24 out. 2019.

YOUNG, P. D. **Lesbians and Gays and Sports**. New York: Chelsea House, 1995.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em maio de 2020.